

BONDICZ, Jair. DIAS, Marco Antonio Harms. OLIVEIRA, Ana Claudia Delfini Capistrano de. **Projeto inovamfri**: uma política pública estadual de incentivo a inovação, para atração de investimentos e geração de empregos. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.3, p. 01-19 TRI III 2019. ISSN 1980-7031

PROJETO INOVAMFRI: UMA POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL DE INCENTIVO A INOVAÇÃO, PARA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E GERAÇÃO DE EMPREGOS

BONDICZ, Jair¹

DIAS, Marco Antonio Harms²

OLIVEIRA, Ana Claudia Delfini Capistrano de.³

RESUMO

Políticas Públicas são diretrizes, princípios norteadores, regras e procedimentos que norteiam as relações entre o poder público e a sociedade. Este artigo a partir da abordagem de dois grupos de políticas públicas: as *Estruturais*, que interferem nas relações estruturantes como emprego e produtividade, e as *Desenvolvimentistas* que tem a capacidade de atender demandas da população e gerar riqueza apresenta a política pública InovaSC, com características de uma tecnologia social. Por meio de um estudo de caso de sua aplicação, o INOVAMFRI, pode-se perceber como se operacionaliza, os desafios futuros bem como detalhar o histórico e operacionalização de uma política pública geradora de emprego com foco na inovação.

Palavras-Chave: Inovação; INOVAMFRI; Política Pública.

ABSTRACT

Public policies are guidelines, guiding principles, rules and procedures that guide relations between public power and society. This article, based on the approach of two groups of public policies: the Structural ones, that interfere in the structuring relations like employment and productivity, and the Developmentalists that has the capacity to meet the demands of the population and to generate wealth presents / displays the InovaSC public policy, with characteristics of a social technology. Through a case study of its application, INOVAMFRI, one can understand how the future challenges are operationalized, as well as to detail the history and operationalization of a public policy that generates employment with a focus on innovation.

Keywords: Innovation; INOVAMFRI, Public Policies.

¹ Contador, especialista em Controladoria, MBA em Gestão Administrativa e *Valuation* e Mestre em Gestão de Políticas Públicas - UNIVALI. E-mail: jair@came-sc.com.br

² Professor e Pesquisador no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas – UNIVALI, Administrador, Mestre em Relações Internacionais - UMINHO e Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento - UFSC. Email: mdias@univali.br.

³ Professora e pesquisadora no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas – UNIVALI e no programa de Pós Graduação em Educação – UNIVALI. Mestre e Doutora em sociologia política – UFSC. E-mail: anaclaudia.univali@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo, a partir do olhar sobre dois grupos de políticas públicas: as Estruturais, que interferem nas relações estruturantes como emprego e produtividade, e as Desenvolvimentistas que tem a capacidade de atender demandas da população e gerar riqueza, apresenta a descrição histórica e a operacionalidade de uma política pública e também tecnologia social desenvolvida no Estado de Santa Catarina, visando o desenvolvimento tecnológico para geração de empregos.

Como estudo de caso, apresenta-se o Projeto INOVAMFRI que integra o Programa INOVAÇÃO@SC, em Santa Catarina, cujas características permitem enquadrar o projeto como política pública autossustentável e como tecnologia social, uma vez que possui a capacidade de atrair investimentos da iniciativa privada e gerar riqueza através do fomento e abertura de empresas e da criação de empregos com forte viés de inovação, além de atender aos aspectos de sustentabilidade tanto na implantação do Distrito de Inovação de Itajaí, como nas demais frentes que tratam da mobilidade urbana e gestão pública.

O projeto INOVAMFRI também apresenta características associadas ao que a literatura considera como Tecnologia Social (RODRIGUES; BARBIERI,2008) entendida como aquela que é feita a partir da construção de soluções coletivas e comunitárias que impactem positivamente tanto no desenvolvimento local e regional quanto na transformação das desigualdades sociais.

Os dados foram levantados a partir de dados secundários, por meio de coletas em registros históricos, discursos de agentes públicos e relatórios de gestão. O artigo estrutura-se em cinco capítulos, iniciando com as especificações de políticas públicas e tecnologias sociais para, na sequência contextualizar essa experiência em Santa Catarina. O terceiro capítulo descreve um dos espaços de aplicação dessa política pública e tecnologia social: a AMFRI. O quarto capítulo descreve a tecnologia social vinculada ao INOVASC na região da AMFRI, denominada INOVAMFRI. Finda com as considerações finais sobre a complexidade localizada a partir da trajetória e descrição desse movimento político-social em Santa Catarina.

1. Políticas públicas e Tecnologias Sociais

A história do processo de evolução dos países desenvolvidos passou pela consolidação de forte ação do Estado. Esta ação, em sua diversidade e complexidade, trouxe influências em elementos conformadores da economia, da sociedade e do mercado, como na montagem das estruturas de proteção social no chamado welfare state (MADEIRA, 2014).

No caso do Brasil, desde a promulgação, a Constituição tem sido a norteadora da formulação e implementação das políticas públicas contribuem para o alcance dos objetivos pactuados pela constituinte. Este modelo considera o desenvolvimento econômico em consonância com a inclusão social e se consolida a partir da implementação de políticas sociais, assim como, em uma abordagem mais recente, a preocupação pela sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

Neste contexto, foram priorizados o combate à pobreza, a redução das desigualdades sociais, a valorização do salário mínimo e programas como o fortalecimento da agricultura familiar, a proteção ao emprego e a ampliação da cobertura previdenciária (CAMPELLO, 2013).

Ainda se tratando do Brasil, foram observados avanços em várias áreas ligadas à esperança de vida ao nascer, à queda da taxa de mortalidade infantil, ao aumento da frequência e redução da evasão escolar, à queda da taxa de analfabetismo, entre outros. Estes dados são identificados observando-se a evolução do IDH brasileiro que saltou de 0,545 em 1980, para 0,744 em 2014, sendo que a expectativa de vida neste mesmo período passou de 62,5 para 73,6 anos (PNUD, 2016).

As políticas públicas, que visam gerar eficiência e sejam capazes de fomentar a renda, tornam-se importantes ao Estado por suas características de autofinanciamento e sustentabilidade financeira e por serem fontes alternativas de financiamento das políticas assistencialistas.

Além disso, entende-se que as políticas públicas também possuem um alto fator de impacto social quando planejadas a partir da compreensão da política pública como Tecnologia Social, isto é, como ações coletivas que compreendem um conjunto de “produtos, técnicas ou metodologias desenvolvidas na interação com a comunidade e

que representem efetivas soluções de transformação social”. (RODRIGUES; BARBIERI, 2008, p.1070).

Políticas públicas são instrumentos criados pelos governos, sejam eles democráticos, autoritários, comunistas ou socialistas, para atender às demandas da população (SECCHI, 2015), embora a intensidade e os motivadores para atender referidas demandas podem variar dependendo do regime de governo ou até mesmo do governante ou do sistema de governo adotado.

Há indícios que, desde os registros mais primitivos da vida em comunidade, a liderança, ou governo, era escolhida ou conquistada por razões ligadas ao poder e alguma forma de assistência era oferecida aos liderados, seja ela a segurança, o acesso à alimentação, água potável e a própria possibilidade de vida em comunidade.

A partir desta ideia e percorrendo um caminho que se inicia com a criação da Lei de Inovação de Santa Catarina, passando pelos projetos derivados dela, como o Programa INOVAÇÃO@SC, chegamos ao Projeto INOVAMFRI que tem características de uma política pública autossustentável, uma vez que possui a capacidade de atrair investimentos da iniciativa privada e gerar riqueza através do fomento e abertura de empresas e da criação de empregos com forte viés de inovação, além de atender aos aspectos de sustentabilidade tanto na implantação do Distrito de Inovação de Itajaí, como nas demais frentes que tratam da mobilidade urbana e gestão pública.

Por outro lado, entende-se que o Projeto INOVAMFRI também possui características que o enquadram como tecnologia social, no dizer de Rodrigues e Barbieri (2008, p.1072, 1075) “implica a construção de soluções de modo coletivo pelos que irão se beneficiar dessas soluções e que atuam com autonomia, ou seja, não são apenas usuários de soluções importadas ou produzidas por equipes especialistas”.

2. Uma Política Pública para Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina, através da Lei 14.328 de 15 de janeiro de 2008, regulamentou os incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação. Logo no artigo 1º, a lei estabelece que as medidas estejam em consonância com o equilíbrio regional e o desenvolvimento econômico e sustentável do Estado (ALESC, 2016).

A partir da Lei da Inovação, o governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável (SDS) instituiu o Plano SC@2022 e os programas responsáveis pelo desenvolvimento econômico e sustentável que contemplam ações como a implementação dos centros de inovação de Santa Catarina.

Ao todo foram planejados 13 centros de inovação, sendo que o primeiro foi inaugurado em Lages no dia 24 de junho de 2016.

O programa foi inspirado no modelo de Barcelona e, segundo o secretário de Estado Chiodini, em 2016: “é a principal política pública que está preparando Santa Catarina para a economia do conhecimento e que vai somar a inovação ao empreendedorismo e planejamento das ações do Estado para os próximos 50 anos”.

Estes centros de inovação funcionarão como incubadoras e aceleradoras de empresas, laboratórios de pesquisa e capacitação, consultoria para novos negócios, espaço para eventos e mostras, showroom das empresas instaladas, auditórios e salas de treinamento e de videoconferência, estruturados de forma regional, apoiando diversas iniciativas de inovação, educação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, além de oferecer espaço para capacitação e formação de empreendedores, gestores e professores. Apesar de ser uma iniciativa do governo do Estado, estes centros serão administrados pelos próprios municípios, seguindo as definições do modelo concebido.

É importante também lembrar que tais centros de inovação possuem os parâmetros de tecnologia social quando se propõem a “atender as demandas sociais concretas vividas e identificadas pela população”, como as demandas relacionadas à educação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, além de possibilitar

“a produção de novos conhecimentos a partir da prática (...) a tecnologia social visa à sustentabilidade econômica, social e ambiental e a ampliação de escala, gera aprendizagem que serve de referência para novas experiências.” (RODRIGUES;BARBIERI,2008, p.1076).

2.1 A Lei de Inovação de Santa Catarina

Em 2008, o então governador Luiz Henrique da Silveira criou a Lei Estadual de Inovação, que foi proposta a partir de amplo diagnóstico e do estudo dos potenciais que poderiam trazer os melhores resultados para o Estado.

Em 2011, no início do governo Raimundo Colombo, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável lançou o Plano SC@2022, que buscava construir a nova economia catarinense fundamentada em inovação e sustentabilidade. O programa foi desenvolvido, segundo Paulo Bornhausen que ocupava a posição de Secretário de Desenvolvimento de SC na época, para posicionar o Estado na liderança do desenvolvimento nacional, agregando à cadeia produtiva tradicional alguns fatores de diferenciação, tais como: a inovação, a gestão a de processos e a qualificação profissional.

O Plano SC@2022 definiu como meta transformar o Estado em referência nacional na política de inovação e sustentabilidade, com geração de empregos e incremento na renda, promovendo o desenvolvimento econômico e preservando o meio ambiente. O plano foi subdividido em quatro programas: INOVAÇÃO@SC, Nova Economia@SC, Meio Ambiente Legal@SC e GeraçãoTEC@SC.

Estes programas criaram uma grande expectativa em torno da capacidade de transformação do Estado através de investimentos na área da Inovação. A SDS vislumbrou que esta transformação seria possível, desde que fossem tomados como modelo os cases de sucesso que foram avaliados durante a elaboração do planejamento deste programa. Cases como o de Cingapura, que fez uma transformação e atingiu expressivos resultados de crescimento e desenvolvimento a partir do fomento à geração e qualificação do emprego, o de Barcelona, que criou um plano logístico integrado de referência mundial, de Portland com as transformações na área de mobilidade, além de outros tantos estudados à época.

2.2 O Programa INOVAÇÃO@SC

O programa INOVAÇÃO@SC foi criado para definir e coordenar as estratégias e as ações de promoção do desenvolvimento sustentável com base na inovação e teve por objetivo intensificar a cooperação entre o governo, as universidades, os centros de pesquisas, as empresas e a sociedade a fim de impulsionar o empreendedorismo e agregar valor à cadeia de inovação.

O Programa foi dividido em quatro projetos: o INOVA@SC, que fomenta os incentivos e o desenvolvimento da inovação no Estado, a SINAPSE DA INOVAÇÃO, que atua na transformação e aplicação das ideias inovadoras, os CENTROS DE

DESIGN DIGITAL, para criação de centros de entretenimento digital e de design e o TRABALHO PARA INOVAÇÃO, para liberação de linha de crédito para micro e pequenas empresas.

No INOVAÇÃO@SC, foi planejada a implantação dos 13 centros de inovação, interconectados e com a capacidade de explorar as características fundamentais de cada região atendida, vocacionando o desenvolvimento e a inovação para as melhores oportunidades de cada local. Foram definidas como cidades-sede: Blumenau, Brusque, Concórdia, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, São Bento do Sul e Tubarão.

Cada uma destas sedes deve abrigar também os projetos e potenciais da região atendida, como por exemplo o Centro de Inovação de Itajaí, que vai explorar todo o potencial da região da AMFRI.

3. A AMFRI e o INOVAMFRI

A Associação do Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), fundada em 10 de abril de 1973, é formada pelos municípios de Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luis Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo e atua em regime de cooperação com outras entidades em nível estadual e federal, dos setores privado, público e de economia mista (AMFRI, 2016).

A AMFRI tem por objetivo promover a cooperação intermunicipal, além de ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos seus associados. A AMFRI é um braço de apoio às prefeituras da região por meio da prestação de assessoria técnica na esfera da administração pública municipal, envolvendo a engenharia e arquitetura, a assessoria jurídica e contábil, o movimento econômico e assistência social e o turismo. A associação promove ainda a melhoria na qualidade dos serviços públicos e a redução de custos através do modelo de associativismo.

O INOVAMFRI é um projeto regional de planejamento do desenvolvimento econômico e social da região da AMFRI. Está sendo conduzido com a participação do governo do Estado e da AMFRI e conta com apoio do SEBRAE, da UNIVALI e de diversas entidades de classe. O projeto está dividido em três eixos de atuação e é

composto por diferentes frentes, apoiadas por consultorias especializadas contratadas após rigoroso processo seletivo (INOVAMFRI, 2016).

O INOVAMFRI concilia as iniciativas de inovação, capacitando pessoas para se tornarem os agentes de transformação de suas realidades, via engajamento e preparação de gestores que devem encaminhar as soluções propostas. Estas ações estão sendo desenvolvidas a partir da utilização das mais modernas técnicas como o design thinking que busca as melhores soluções a partir da participação de todos os atores envolvidos direta ou indiretamente no processo.

Para condução do projeto, foi criado um Comitê de Gerenciamento e um Conselho Consultivo que são os responsáveis pela coordenação das ações planejadas. A primeira etapa contempla as ações em Saúde e Turismo com entregas previstas para 2016. Na segunda etapa, a consolidação do Distrito de Inovação que deve estar concluída até 2020 e, por fim, as ações para implantação de um sistema de mobilidade urbana a médio e longo prazo, conforme apresentado no “Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal e Distrito Regional de Inovação de Itajaí”, desenvolvido pela equipe do projeto e apresentado ao Conselho Consultivo em outubro de 2016.

3.1. Desenvolvimento Econômico Regional

Neste eixo, estão planejadas as ações que serão desenvolvidas para acelerar a implantação do Distrito Regional de Inovação de Itajaí, criando um ambiente favorável para o estabelecimento de empresas que devem habitar o local. Este distrito será uma das áreas planejadas para alocação dos investimentos que serão aplicados na região, a qual será complementada com outras áreas nos demais municípios que compõem a AMFRI. A partir do Distrito de Inovação de Itajaí será criado um hub, conectando todas estas áreas que terão a missão de fomentar o desenvolvimento vocacionado, explorando os potenciais locais de cada cidade. Este eixo é composto por três principais ações:

- a) **Plano Diretor do Distrito de Inovação da Região de Itajaí:** Esta primeira ação contempla o processo de mapeamento das demandas e identificação de indústrias-alvo que possam se tornar clusters dentro do Distrito. Esta ação segue, também, com a elaboração da orientação do plano diretor e da forma de prover as indústrias com as condições e infraestrutura necessárias para sua instalação e desenvolvimento de seus negócios, e se completa com a elaboração dos estudos

- e preparação dos relatórios de impacto ambiental para viabilizar a construção do Distrito com eficiência econômica, respeitando os preceitos de sustentabilidade.
- b) **Elaboração do EIA/RIMA:** Também fazem parte desta ação: a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente - EIA/RIMA e o Licenciamento Ambiental do Distrito para emissão da Licença Ambiental Prévia - LAP, a qual possibilitará o início efetivo das obras no local.
 - c) **Modelagem Ocupacional do Centro de Inovação:** Esta fase compreende a elaboração do estudo de modelagem ocupacional do Centro de Inovação da AMFRI, que está hospedado em uma área de 10 mil m² dentro do Distrito, e a formatação de um modelo de operação para o Centro, que será responsável por fomentar seu desenvolvimento. Este processo é vital para que sejam observados o vocacionamento que se pretende dar ao Distrito, assim como a garantia de uma ocupação otimizada, sustentável e eficiente, capaz de gerar riquezas, potencializar a movimentação econômica além de maximizar a geração de empregos na região.

3.2. Gestão Pública Municipal

A segunda ação do eixo do Desenvolvimento Econômico Regional trata da capacitação dos gestores públicos dos municípios que compõem a AMFRI, fornecendo-lhes ferramentas que os auxiliem para superação dos desafios municipais de maneira eficiente na gestão dos órgãos públicos e na tratativa das questões relacionadas à saúde pública e ao desenvolvimento do turismo regional.

Em um diagnóstico preliminar (INOVAMFRI, 2016) foram priorizadas as áreas da gestão da saúde pública e do turismo regional que passam a contar com ações direcionadas para elevar os municípios a um estágio de maior desenvolvimento. Compreendem as seguintes iniciativas:

- a) **Capacitação das Lideranças Públicas:** Esta ação compreende a elaboração de um diagnóstico de gestão pública e a instalação de um núcleo de líderes para fomentá-los via processos de coaching e mentoring, direcionando os trabalhos com viés da inovação na gestão pública. Para esta atividade, foi contratado o Centro de Lideranças Públicas - CLP, entidade responsável pela implementação de projetos junto a líderes públicos através da gestão estratégica e

desenvolvimento de equipes. O CLP fez a seleção de um grupo de pessoas, mesclando gestores públicos e estudantes universitários, e iniciou o curso de formação no mês de setembro de 2016.

- b) **Qualificação do Turismo Regional:** A qualificação do turismo regional envolve a elaboração de um estudo que defina as ações prioritárias e a melhor estratégia a ser seguida para o desenvolvimento do turismo na região da AMFRI a partir do mapeamento das principais demandas, alinhando o comprometimento de sua execução junto ao poder público municipal. O turismo é uma importante fonte de receita para todos os municípios da região que recebem milhares de visitantes todos os anos e, em especial, durante o período de verão, mas que pode ser potencializado se combinado com as opções de lazer das praias, parques, ecoturismo, compras, náutica, gastronomia e capacidade hoteleira da região. Existe ainda o desafio de melhorar o fluxo de visitantes fora do período de verão, equilibrando a ocupação hoteleira e a demanda de mão-de-obra ao longo do ano. Ações como o turismo de negócios, feiras, atividades náuticas e o fortalecimento da gastronomia e do comércio na região também são objeto do estudo do Projeto INOVAMFRI.
- c) **Sistema Digital para Serviços da Saúde Pública:** A implantação de um sistema digital para os serviços da saúde pública considera que estas questões são delicadas e urgentes, e por este motivo, foi definida a necessidade de se implementar uma solução prioritária junto aos municípios. Trata-se da criação do Sistema Digital de Informações de Saúde Pública, uma plataforma que irá centralizar as informações de estoque de medicamentos em todas as unidades de saúde da região para que a população possa dispor do medicamento que necessite na quantidade e no momento em que precisar. As questões da saúde envolvem desde o atendimento médico, exames e diagnóstico, muitas vezes superados, mas o paciente não localiza o medicamento necessário. Através desta plataforma, todo o estoque da região estará disponibilizado para consulta instantânea, reduzindo o tempo de espera e a burocracia e possibilitando a redução dos estoques por facilitar o acesso a estes.

Assim como existe aderência de movimentos planejados para o Eixo do Desenvolvimento Econômico, por meio de conceitos como SRI, parques tecnológicos, cidades do conhecimento, etc., há relação existente no eixo da gestão pública municipal, pois a capacitação dos gestores públicos, pode trazer mais eficiência à gestão pública e

visa criar condições necessárias para que o planejamento de longo prazo tenha prosseguimento, independente da troca do gestor público, garantindo assim a perpetuação do modelo.

3.3. Mobilidade Urbana Regional

A terceira ação do eixo do Desenvolvimento Econômico Regional trata da mobilidade urbana, cujas ações buscam a tratativa do problema, da deterioração na maioria das cidades, em âmbito regional. As ações conjuntas proporcionarão que os usuários tenham um mesmo padrão de atendimento e comodidade, independente do município em que estejam circulando. Este eixo visa integrar os planos de mobilidade dos municípios da AMFRI em um sistema de transporte coletivo intermunicipal que atenda às necessidades da população. Propõe-se a duas iniciativas principais:

- a) **Plano de Mobilidade Urbana Integrada:** Esta primeira ação busca a integração de todos os planos de mobilidade urbana dos municípios da AMFRI, identificando as formas de facilitar e agilizar o deslocamento entre as cidades, utilizando ou desenvolvendo os diferentes modais de transporte. Esta ação visa desenvolver soluções inovadoras e explorar modais alternativos (fluvial, BRT, VLT, vias expressas, etc.) que tenham viabilidade financeira e que sejam efetivos na integração dos municípios.
- b) **Plano de Transporte Coletivo Intermunicipal:** Trata da proposição de um plano de transporte coletivo que integre todos os municípios da AMFRI, permitindo que as pessoas utilizem este sistema de locomoção com maior agilidade e economia. Hoje, os municípios têm dificuldade em criar um sistema integrado mesmo dentro de seu território e é comum a reclamação pela falta de bilhete único, pela dificuldades de conexão, pelo tempo excessivo gasto no deslocamento entre bairros e centro das cidades. O plano de transporte planeja tratar a região da AMFRI como uma grande cidade, integrada e eficiente, visto que é diário o deslocamento da população entre os municípios seja para trabalho, estudo, lazer, acesso aos hospitais, aos serviços e ao comércio.

No eixo da Mobilidade Urbana Regional, além da ligação indireta aos conceitos relacionados ao Plano de Desenvolvimento Regional e a Gestão Pública, pois uma boa mobilidade é fator determinante para atração de empresas e melhoria na qualidade de

vida da população, existe ainda aderência com os conceitos de desenvolvimento sustentável. Sandroni (2002) define o desenvolvimento como sendo o crescimento econômico acompanhado de melhorias efetivas no padrão de vida da população; Souza (2003) retrata que o desenvolvimento é determinado pela existência de crescimento contínuo em um ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhorias de indicadores econômicos e sociais. O relatório sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Rio-92, afirma que o desenvolvimento deve atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (CMMAD, 1991).

4. A Operacionalização do INOVAMFRI

Para efetivação do INOVAMFRI foram destinados R\$8 milhões pelo governo do Estado e R\$800 mil, como contrapartida da AMFRI, de recursos utilizados na gestão do projeto, assim distribuídos:

- R\$4,3 milhões para o Eixo do Desenvolvimento Econômico Regional;
- R\$1,3 milhão para o Eixo de Qualificação da Gestão Pública Municipal;
- R\$2,4 milhões para o Eixo da Mobilidade Urbana Regional.

Para execução dos projetos, o INOVAMFRI selecionou empresas reconhecidas nos cenários nacional e internacional, com histórico de importantes realizações em suas áreas de atuação. Ao todo, são sete parceiros de execução, sendo que seis já foram selecionados e iniciaram suas atividades e o sétimo está sendo recrutado para conduzir as ações para o desenvolvimento do turismo regional (INOVAMFRI, 2016). Fazem parte deste grupo as empresas:

- **Surbana Jurong Private Limited:** Empresa originária de Cingapura com vasta experiência no planejamento urbano e cases de sucesso em diversos países. Foi selecionada para elaboração do Plano Diretor do Distrito de Inovação de Itajaí (<https://surbanajurong.com/>).
- **Aquaplan:** Empresa de Tecnologia e Consultoria Ambiental que possui vasta experiência no gerenciamento de informações ambientais e no desenvolvimento e articulação de projetos integrados de caráter multi e interdisciplinar em vários setores produtivos. Com ótima articulação com os órgãos governamentais, foi selecionada para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto no Meio Ambiente do Distrito de Inovação de Itajaí. (<http://grupoacquaplan.com.br/>).
- **RECEPETI:** A Rede Catarinense de Inovação é uma associação civil sem fins econômicos, com personalidade jurídica de direito privado, que atua para promover a educação, o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico e o empreendedorismo inovador no Estado de Santa Catarina. Sua função é reunir entidades públicas e privadas com interesses comuns ao propósito e proporcionar

integração com incubadoras, parques tecnológicos, distritos de inovação, núcleos de inovação tecnológica e outros atores. Foi selecionada para elaboração do estudo de modelagem ocupacional do Centro de Inovação de Itajaí. É a partir deste estudo que se definirá a melhor forma de ocupação do Centro de Inovação e como este poderá ser utilizado para potencializar os benefícios tanto do centro como do Distrito de Inovação (<http://recepti.org.br/>).

- **CLP:** O Centro de Liderança Pública é uma organização sem fins lucrativos e apartidária que se propõe ao desenvolvimento de líderes públicos empenhados na promoção de mudanças transformadoras através da eficácia em gestão e da melhoria na qualidade das políticas públicas. O CLP oferece aos líderes instrumentos práticos para ajudá-los a mobilizar e engajar a sociedade em mudanças eficazes, éticas e responsáveis. Foi selecionado para capacitação daquela que se pretende ser a nova geração de líderes públicos da AMFRI (<http://www.clp.org.br/>).
- **CELK:** A CELK Sistemas é uma empresa brasileira de base tecnológica, especializada em oferecer soluções em gestão de saúde, com foco no desenvolvimento tecnológico com qualidade, simplicidade, baixo custo e tecnologia de ponta. A CELK é a responsável pelo mapeamento das informações da saúde pública em todos os municípios da AMFRI, unificando a base de dados e implantando uma plataforma digital integrada (<http://www.celk.com.br/>).
- **IDP:** A IDP é uma empresa global e multissetorial de serviços técnicos que atua em meio ambiente, arquitetura, tecnologia de informação e comunicação. Presente em quatro dos cinco continentes, a IDP atua tanto no setor privado como no público com clara orientação para o cliente.

A escolha das empresas, atuantes nesta fase do projeto, considerou a capacidade técnica e a experiência no desenvolvimento de ações correlatas, como o caso da Surbana Jurong, empresa ligada ao governo de Cingapura que trabalhou no planejamento do desenvolvimento da região e nos projetos desenvolvidos nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Brasília. Destaque também para a RECEPETI que foi selecionada para definir o modelo de ocupação do Centro de Inovação e que está ligado ao processo de criação da Lei de Inovação e seus desdobramentos. Já no caso do CLP, Centro de Liderança Pública, que foi selecionado para capacitação dos gestores públicos, a ênfase é nos instrumentos práticos utilizados para mobilizar e engajar a sociedade nas mudanças da gestão pública. Por sua vez, o IDP, que também foi o responsável pela elaboração dos projetos dos centros de inovação, foi a escolha para elaboração dos estudos e projetos de mobilidade urbana regional integrada e do plano de transporte coletivo intermunicipal e teve destacada participação em projetos desenvolvidos em Barcelona, um dos cases que inspirou o Plano SC@2022.

Mesmo que o Plano Estratégico de Desenvolvimento do INOVAMFRI seja ainda uma versão preliminar e que adequações possam ocorrer até a sua finalização,

alguns aspectos são positivos, apontam o potencial da região e destacam o projeto INOVAMFRI como política pública de tecnologia social:

- O planejamento da região da AMFRI está alinhado com a visão de crescimento econômico de Santa Catarina;
- O plano definiu regionais que devem agir como um catalisador das ações de expansão econômica de Santa Catarina;
- A definição de um plano estrutural capaz de integrar as áreas independentes das diversas regiões, atraindo novas oportunidades para o desenvolvimento da indústria e gerando uma cadeia de valor através do desenvolvimento de um corredor sustentável;
- A implantação de um parque de inovação e tecnologia em Itajaí para agir como motor do desenvolvimento na região;
- O desenvolvimento de uma plataforma industrial capaz de atrair uma cadeia de inovação para indústria de alto valor agregado.

O estudo preliminar também destaca que o Estado de Santa Catarina está bem posicionado para melhorar sua orientação para a tecnologia no setor da indústria transformadora e avançar no desenvolvimento econômico.

Outro ponto destacado no relatório (INOVAMFRI, 2016) foi a localização privilegiada e estratégica da região da AMFRI, sob o ponto de vista logístico, populacional e de comércio exterior. Em um raio de 100 km, atinge-se com facilidade as principais cidades do Estado: Florianópolis, Blumenau e Joinville. Blumenau ainda não possui ligação por rodovia duplicada, mas a BR-470 está em fase de duplicação. Esta facilidade de acesso logístico em uma região que centraliza boa parte do potencial logístico, portuário e aeroportuário facilita o acesso aos Aeroportos de Joinville e Florianópolis e aos Portos de São Francisco do Sul e Itapoá que somados ao Aeroporto de Navegantes e aos Portos de Itajaí e Navegantes respondem pela maior fatia do comércio internacional do Estado.

4.1 Desafios do Projeto INOVAMFRI

Um melhor entendimento dos desdobramentos do INOVAMFRI e dos desafios enfrentados pelo projeto foi apresentado pelo presidente do comitê gestor do INOVAMFRI, João Luiz Demantova. Ele reforça que o projeto se destina a “preparar a região para a grande metrópole que se tornará no futuro, atingindo uma população de que deve superar a marca de 1,5 milhão de pessoas”. O ponto positivo é que a região já atinge esta população nos períodos de alta temporada, mas os desafios estão em prover as condições básicas de saúde, educação, segurança, emprego e renda.

Demantova também considera que, para que esta nova metrópole atenda às demandas propostas, faz-se necessário o alinhamento entre as políticas públicas dos municípios que assumam a mesma direção e tenham continuidade ano após ano, independente do governante ou partido político que venha a assumir o comando dos municípios.

Ele também destaca a importância do Projeto INOVAMFRI, por ser uma aposta do governo de SC, em criar um modelo que poderá ser replicado nas demais regiões que estão recebendo os aportes do Projeto INOVA@SC.

Questionado quanto aos desafios do Projeto INOVAMFRI, Demantova destaca os principais itens que estão sendo tratados para os três eixos do projeto:

- Concluir a elaboração do Masterplan do Distrito de Inovação, tornando o projeto atrativo para as indústrias de inovação.
- Desenvolver estímulos para atração de indústrias de alto valor agregado para que optem por Itajaí na implantação de seus projetos.
- Atrair mão-de-obra capacitada para atender a demanda crescente esperada para a região.
- Projetar e implantar um sistema de transporte público eficaz.
- Criar uma rede de conexão logística integrada considerando todos os modais disponíveis e que devem ser implantados ou ampliados (rodovias, ferrovias, portos e aeroporto).
- Implantar incentivos fiscais que sejam capazes de atrair investimentos sem comprometer a situação econômica dos municípios.

Por fim, Demantova projeta que, em cerca de 20 anos, a AMFRI poderá atingir o padrão de classe mundial com condições semelhantes ao que é encontrado na Europa e nos Estados Unidos, possibilitando à população o acesso à saúde, à educação, à segurança, ao emprego e à qualidade de vida em um ambiente sustentável e de referência para o Brasil: “[...] *espero que meus filhos e netos possam viver em uma região de primeiro mundo sem ter que sair daqui*”, completa.

5. Considerações finais

A apresentação das características do Projeto INOVAMFRI, vinculado à uma política pública para atração de investimentos e fomento à geração de empregos na região da AMFRI, questão central deste estudo, foi feita a partir da análise das Políticas Públicas Estruturais, que interferem nas relações de incremento de renda, geração de emprego e aumento de produtividade e das Políticas Públicas Desenvolvimentistas, que apresentam um viés progressista, autofinanciáveis, relacionadas ao desenvolvimento

econômico, com impactos positivos no IDH, no nível de educação e na expectativa de vida da população.

Neste sentido, a implantação da Lei de Inovação de Santa Catarina, Lei 14.328/08, buscou fomentar os investimentos em tecnologia e inovação que, por consequência, resultam na demanda de mais empregos, promovendo o desenvolvimento e aumentando de renda da população envolvida.

Na avaliação do Projeto INOVAMFRI como política pública para atração de investimentos e fomento à geração de empregos na região da AMFRI, objetivo geral deste estudo, foi considerado que a geração de empregos tem potencial de proporcionar uma melhor condição de vida à população e ao mesmo tempo, aumentar a arrecadação de impostos para viabilizar a implantação de outras políticas públicas que atendam às necessidades básicas da população tais como: saúde, educação, segurança, saneamento básico, etc. Destaque especial para empregos derivados de processo de inovação, que apresentam maior valor agregado e que tem a condição de reduzir a necessidade de políticas públicas nestas áreas básicas, pois elevam a renda da população, outorgando a esta a possibilidade de autofinanciamento de suas necessidades.

O Plano SC@2022 estabeleceu como meta a criação de um modelo de desenvolvimento econômico e social, para garantia da qualidade de vida de todos os catarinenses em uma visão de sustentabilidade e inclusão social, com investimentos previstos na ordem de 1 bilhão de reais e geração de 50 mil postos de trabalho no Estado até 2014. Esta meta de curto prazo não foi atingido em sua plenitude devido à crise econômica que assolou o país, mas o Estado foi um dos que menos sofreu com esta crise, devido às ações que estavam sendo executadas a partir da criação do Plano SC@2022 e apresenta hoje a menor taxa de desemprego do país. Para se ter uma ideia do potencial deste Plano e dos benefícios que estão sendo trazidos ao Estado, destacamos a instalação da fábrica da BMW, em Araquari, que contou com investimentos de mais de 500 milhões de reais e gerou 1.400 empregos diretos.

Por fim, a capacidade para atração de investimentos e geração de empregos do INOVAMFRI considera como missão do projeto, preparar a grande metrópole do futuro com padrão de classe mundial através de ações nas áreas da saúde, gestão pública, mobilidade urbana e desenvolvimento econômico. As ações ainda estão sendo

planejadas, mas se complementam entre si, buscam o bem da sociedade, preservam e fomentam a sustentabilidade e são direcionadas para a melhoria significativa de fatores que impactam no dia a dia da região, não se limitando a um ou outro município, mas buscando a integração, a otimização dos recursos e a capacitação das pessoas.

Ainda é cedo para avaliar se o projeto terá pleno sucesso e se os resultados planejados serão alcançados na dimensão e prazos definidos, mas destaca-se a integração entre os municípios que compõem a AMFRI em uma ação suprapartidária, assim como o envolvimento de entidades como a FAPESC, SDS, SEBRAE, FIESC, Universidades e a comunidade em uma conquista de valor inestimável, pois possibilita que todos tenham a condição de pensar em soluções regionais, em um cenário de longo prazo, projetando a região para um nível de desenvolvimento, qualidade de vida e padrão econômico acima da realidade nacional e comparada às regiões mais desenvolvidas do globo.

O Projeto INOVAMFRI tem tomado proporções relevantes tanto pelas expectativas criadas pelos estudos preliminares como pelo interesse despertado nas entidades, agentes políticos, empresas e potenciais investidores nas diversas áreas que ele se propõe a apresentar soluções. Este estudo ainda não aponta as conclusões definitivas, mas pode ser o ponto de partida para estudos complementares que acompanhem as fases de execução, fechando o ciclo da política pública, especialmente no que diz respeito à sua fase de execução.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC. Legislação Estadual. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/>>. Acesso em: 01 set. 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI. Conheça o INOVAMFRI. Disponível em: <www.amfri.org.br>. Acesso em: 05 jul. 2016.

BANCO MUNDIAL. Relatório anual de 2013. Disponível em: <www.worldbank.org/wdr2013>. Acesso em: 18 jul. 2016.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios**. São Paulo: Pioneira, 1987.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA - FAPESC. 2010. **Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Disponível em: < http://www.fapesc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/politica_catarinense.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FIESC. **Santa Catarina em Dados**. 2014. Disponível em: <http://fiesc.com.br/sites/default/files/medias/25_set_sc_dados_2014_em_baixa_para_site.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Unidades da Federação**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **INOVA@SC**. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/ciencia-e-tecnologia/inova-sc>>. Acesso em: 01 set.16.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Plano SC@2022**. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/desenvolvimento-economico/plano-sc-2022>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

INOVAMFRI. **Development Strategic Plan for Municipalities of AMFRI and Regional Innovation District in Itajaí, Santa Catarina, Brazil**. Draft Market Study, July 2016. Plano de desenvolvimento Estratégico apresentado ao conselho consultivo do projeto em 06 de outubro de 2016.

LABIAK Jr., S. **Missão Técnica à Habitats de Inovação na Europa**. MDIC. ANPROTEC – UTFPR. Apresentação realizada na Agência Curitiba de Desenvolvimento. Curitiba, julho (2008).

MADEIRA, L. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. <http://www.pnud.org.br> – consulta em 28.07.16

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. *Rap*, Rio de Janeiro, 42(6):1069-94, nov./dez. 2008.

RIEG, D. L.; ALVES FILHO, A. G. Esforço tecnológico e desempenho inovador das empresas do setor médico-hospitalar localizadas em São Carlos, SP. **Revista Gestão & Produção**, v.10, n.3, p.293-310, 2003.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. 11.ed. São Paulo: Best Seller, 2002.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SILVA, C. L. da. **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, C. L. Desenvolvimento Sustentável: um conceito multidisciplinar. In: SILVA, C. L.; MENDES, J. T. G. (Org.) **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.